

# O DESENVOLVIMENTO DO NORTE FLUMINENSE SOB A HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROCESSO CONTRADITÓRIO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES NA DÉCADA DE 1990

Vinícios Ventura de Oliveira Emerick<sup>1</sup>  
Christiane Senhorinha Soares Campos<sup>2</sup>

## RESUMO

O Norte Fluminense expandiu a exploração de petróleo a partir da execução das políticas neoliberais nos anos 1990, como resultado alguns dos municípios que compõem a região passou a ter os maiores níveis de orçamento per capita do país. Apesar de toda riqueza gerada por esta atividade econômica, o processo de acumulação de capital não foi suficiente para reduzir a desigualdade socioeconômica, pelo contrário, a região é marcada pela manutenção, reprodução e intensificação das peculiaridades do subdesenvolvimento. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise dos fatores tanto regionais quanto nacionais que influenciaram o processo contraditório de desenvolvimento nesta região, em um contexto histórico em que o acúmulo de capital não conseguiu minimizar a desigualdade econômica na região. Partindo-se de uma perspectiva teórico-metodológica que entende que os fenômenos são interdependentes, de modo que não se pode compreender um processo de desenvolvimento regional, sem considerar o desenvolvimento capitalista nas escalas nacional e mundial, adotou-se a revisão bibliográfica e a estatística descritiva para evidenciar a análise teórica com a realidade socioeconômica do município de Campos dos Goytacazes, a partir da década de 1990, além de verificar as repercussões da economia petrolífera neste território. Os resultados apontam que o Norte Fluminense convive com a existência concomitante de elementos regionais e nacionais que acarretam neste território um crescimento especializado e o torna dependente de decisões ligadas ao interesse do capital financeiro, de modo que o processo de acumulação de capital não resulta no efetivo desenvolvimento econômico, sob a perspectiva furtadiana.

**Palavras-Chaves:** Norte Fluminense, desenvolvimento regional, subdesenvolvimento, políticas neoliberais, desigualdades socioeconômicas.

## ABSTRACT

North Fluminense expanded the exploration of oil from the implementation of neoliberal policies in the 1990s, as a result some of the cities that comprise the region it began to be the highest levels of per capita budget in the country. Despite all the wealth generated by this economic activity, the process of capital accumulation was not sufficient to reduce socioeconomic inequality, in contrast to this, the region is marked by the maintenance, reproduction and intensification of the peculiarities of underdevelopment. In this sense, the present work aims to make an analysis of both regional and national factors that influenced the contradictory development process in this region, in a historical context in which the accumulation of capital was not able to minimize the economic inequality in the region. Starting from a theoretical-methodological perspective that understands that the phenomena are interdependent, so that a process of regional development cannot be understood, without taking into account capitalist development at the national and world scales, the bibliographic review was adopted and descriptive statistics to show the theoretical analysis with the socioeconomic reality of the municipality of Campos dos Goytacazes, from the 1990s. The results show that North Fluminense coexists with the concomitant existence of regional and national elements that lead to specialized growth in this territory and make it dependent on decisions related to the interest of financial capital, so that the capital accumulation process does not result in the effective economic development, from a Furtadian perspective.

**Keywords:** North Fluminense, regional development, underdevelopment, neoliberal policies, socioeconomic inequalities.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Economia do Programa Acadêmico de Pós-Graduação em Economia na Universidade Federal de Sergipe (NUPEC/UFS) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Economia, do Programa de Pós-Graduação em Economia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

## 1. INTRODUÇÃO

O Norte Fluminense<sup>3</sup> destaca-se nacionalmente pela sua história econômica, que retrata parte da formação socioeconômica do Brasil, considerando que a região abrigou as primeiras atividades econômicas desenvolvidas no processo de colonização do país e, recentemente, pela realização de grandes investimentos nos setores sucroalcooleiro e petrolífero. Na verdade, esses segmentos fizeram parte de um conjunto de políticas desenvolvimentistas executadas no país, em meados do século XX, com a finalidade de articular e expandir a capacidade produtiva no sentido de tencionar uma transformação da estrutura socioeconômica brasileira.

No entanto, no início dos anos 1990 houve uma ruptura desse processo de desenvolvimento, culminando na modificação da dinâmica do desenvolvimento regional no Norte Fluminense, tendo em vista que ocorreu a ampliação da economia petrolífera incentivada pelos moldes neoliberais, ao passo que as atividades da agroindústria açucareira declinaram na região. O crescimento do processo extrativo mineral foi propulsionado pela desregulação e abertura da economia brasileira, que trouxe para a região um impressionante volume de investimentos em capital fixo, além da alteração da legislação que permitiu a expansão do repasse de *royalties* e participações especiais aos municípios produtores de petróleo.

Nesse cenário, os investimentos e os recursos financeiros fortaleceram as condições para que o Norte Fluminense fosse compreendido como uma das regiões brasileiras com maior potencial de desenvolvimento. Todavia, o processo de desenvolvimento da região representa um caso de paradoxo, de acordo com Cruz (2004, p.23), “[...] tal paradoxo expressa-se na combinação de pobreza e subdesenvolvimento com recursos territoriais e financeiros fantásticos”. Em outras palavras, apesar de toda riqueza gerada, o processo de acumulação de capital não foi suficiente para reduzir a desigualdade socioeconômica ou desencadear os efeitos do desenvolvimento sob a perspectiva furtadiana.

Adiciona-se a isso, o fato de que, as transformações na economia nacional passaram a delinear os principais desafios para propulsão do processo de crescimento e desenvolvimento econômico no país. As medidas de ajuste fiscal e controle monetário restringiram as políticas desenvolvimentistas tanto pela escala nacional quanto pela escala regional, considerando a extinção de um plano nacional de desenvolvimento e a das políticas regionais. Diante do exposto, o presente trabalho tem o objetivo de analisar tanto os elementos nacionais quanto os fatores regionais, que influenciaram o processo desenvolvimento ocorrido no Norte Fluminense, utilizando o município

---

<sup>3</sup> A região Norte Fluminense é composta por nove municípios: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Francisco do Itabapoana, São Fidélis e São João da Barra.

de Campos dos Goytacazes como exemplo desse desenvolvimento contraditório que configura o Norte Fluminense.

Para tanto, partiu-se de uma perspectiva teórico-metodológica que entende que os fenômenos são interdependentes, de modo que não se pode compreender o processo de desenvolvimento regional sem considerar o desenvolvimento capitalista nas escalas nacional e mundial; assim, levaram em conta que a expansão da indústria petrolífera no Norte Fluminense se intensificou com a implantação de políticas neoliberais no Brasil. Neste contexto neoliberal foram realizadas um conjunto de transformações no papel do Estado, particularmente neste segmento de atividade econômica, que era considerado estratégico para o desenvolvimento, no padrão de acumulação desenvolvimentista que havia predominado no país desde a primeira metade do século XX.

## **2. A TRANSFORMAÇÃO DA DISCUSSÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO: A EXPERIÊNCIA DO NORTE FLUMINENSE**

O debate sobre a questão regional foi inserido no Brasil em um contexto marcado pela forma desigual que a indústria vinha ocupando o território nacional em meados do século XX. Com efeito, as políticas desenvolvimentistas industriais efetivadas acentuaram as desigualdades inter-regionais, salientando a necessidade de se realizar uma discussão do desenvolvimento nacional integrado à discussão sobre o desenvolvimento regional no país (ARAÚJO, 2009). Sobretudo, tendo em vista que, o processo de desenvolvimento não ocorre de maneira igual e simultânea, pelo contrário, trata-se de um processo irregular que fortalece determinadas áreas ou regiões.

O agravamento dos desequilíbrios gerados pelo processo de industrialização realçou a relevância de elaborar políticas públicas para minimizar as disparidades setoriais e regionais existentes no espaço brasileiro. Assim, a abordagem sobre o desenvolvimento regional brasileiro buscou reunir mecanismos capazes de propiciar a integração nacional, de acordo com os efeitos de encadeamento - “para frente” e “para trás” do processo produtivo - e os efeitos de fluência e polarização entre as diferentes regiões, preconizados por Hirschman (1961).

Diante dessa perspectiva, o Estado-nação exerceu a função de conduzir o processo de desenvolvimento econômico, intervindo em situações de problema de oferta no curso desigual do progresso dos setores, exclusivamente, naquelas áreas onde o capital privado não atua. Compreende-se que o governo assumiu o planejamento e a coordenação de todo o processo, incentivando o desenvolvimento de setores-chave da economia, com prioridade para aqueles cujos

efeitos de encadeamento são maiores. Dessa forma, o investimento público desempenhou o papel de fomentar o processo de desenvolvimento, tendo o Estado como condutor desse processo.

No Norte Fluminense, os investimentos públicos foram realizados em políticas setoriais que abarcaram os segmentos sucroalcooleiro e petrolífero, uma vez que a região consolidou-se historicamente pelo plantio de cana-de-açúcar e, recentemente, vivenciou o processo de descoberta de petróleo na bacia de Campos. A reestruturação e modernização da produção agroindustrial foram proporcionadas pelo Programa Nacional do Álcool (Proálcool)<sup>4</sup> durante os anos 1970, enquanto as inversões em desenvolvimento e pesquisa em exploração de petróleo ocorreram por meio das ações do II PND, que abrangeram a economia fluminense com objetivo de modernizar sua estrutura produtiva.

Ademais, o estímulo criado pelo Estado-nacional nesses setores fez parte de um conjunto de políticas energéticas, com a finalidade de induzir combustíveis alternativos e reduzir a dependência do setor externo no abastecimento da *commodity*, principalmente, após o primeiro choque do petróleo em 1973. Na realidade, o governo empenhou-se em completar o processo de industrialização do país, mediante ao estímulo do aumento da capacidade energética, da produção de insumos básicos e de bens de capital, associando a ideia dos efeitos em cadeia para substanciar as carências em determinados setores industriais. Nesse contexto, a produção de insumos e de bens de capital teria como objetivo estimular os bens necessários para completar o processo de industrialização, bem como superar o subdesenvolvimento (FONSECA e MONTEIRO, 2007).

No entanto, entre as décadas de 1970 e 1980, as recomendações políticas asseveradas pelo modelo desenvolvimentista alcançaram seu limite, considerando que os determinantes do cenário internacional e os desequilíbrios internos procederam à estagnação econômica dos países periféricos (LIMA e SIMOES, 2010). Assim, a ideologia desenvolvimentista perdeu sua capacidade de influenciar o pensamento econômico brasileiro, transformando-se na dissolução das políticas desenvolvimentistas, ao passo que a corrente neoliberal ganhava espaço para se estabelecer no país (BIELSCHOWSKY, 2014)

O neoliberalismo surgiu como reação teórica e política contra o Estado interventor e de bem-estar social, dado que a implementação das políticas keynesianas haviam deformado o curso normal do processo de acumulação e das livres forças de mercado (ANDERSON, 1995). Diante dessa abordagem, a retomada do crescimento econômico seria concretizada por meio da estabilidade monetária e pela restituição dos incentivos essenciais para o equilíbrio macroeconômico. No Brasil,

---

<sup>4</sup> De acordo com Rosendo e Carvalho (2004), o Proálcool consistiu em um programa de estímulo à produção de álcool, fomentado pelo Governo Federal, cujo objetivo era estimular a sua produção e consumo, enquanto combustível alternativo ao petróleo, tendo em vista a minimização dos efeitos negativos produzidos pelos choques do Petróleo nos anos 1973 e 1970. A produção do álcool, como combustível alternativo, fazia parte da política energética do país e buscava diminuir os efeitos negativos produzidos na balança comercial, em função da importação de petróleo.

a instauração dos aspectos da hegemonia neoliberal sucedeu-se pelo Consenso de Washington, que prescreveu políticas de liberalização econômica<sup>5</sup> para incentivar as relações entre os agentes econômicos.

Nesse cenário, apresentou-se o novo modelo de desenvolvimento, liderado pelas livres forças do mercado, que deveria reestruturar a economia brasileira e retomar o caminho do crescimento econômico, de acordo com a perspectiva teórica neoliberal (CANO, 2008). Em relação ao antigo padrão de desenvolvimento, os investimentos foram realizados e orientados pelo Estado como meio de promover o desenvolvimento econômico da nação. Em contrapartida, à medida que a economia brasileira experimentou o processo de abertura econômica, a introdução do investimento direto estrangeiro passou a ocupar a antiga função do Estado em estabelecer a decisão sobre o investimento, desta maneira, a importância do investimento setorial desapareceu.

O fim do período desenvolvimentista representou para o Norte Fluminense a queda da concessão de recursos para novos investimentos no setor sucroalcooleiro, que em conjunto com as condições do cenário nacional<sup>6</sup> levaram ao declínio da atividade econômica na região. Assim, o governo Collor promoveu “o desmonte do Estado interventor, financiador e empresário, realizou uma abertura comercial radical, num prazo curto, o que levou à derrocada de um conjunto de ramos da economia dependente do Estado” (CRUZ, 2003, p. 270). Além do mais, os órgãos de pesquisa, as instituições de articulação política e de desenvolvimento na região relacionados à agroindústria foram desativados, como exemplo, o Instituto do Alcool e Açúcar (IAA).

Como resultado, provocou-se uma estagnação econômica pelo colapso do setor agroindustrial, uma vez que a cadeia produtiva do açúcar era responsável por 70% da renda regional, salientando o caráter predominante da atividade econômica e o grau de dependência do setor na região (CRUZ, 2004). Em síntese, as consequências imediatas presenciadas nas últimas décadas do século XX foram o fechamento de inúmeras usinas, o elevado desemprego e a precarização das relações trabalhistas. Em vista disso, o encerramento do ciclo desenvolvimentista simbolizou a ruptura do padrão de desenvolvimento regional no Norte Fluminense orientado pelo Estado, evidenciando a predominância do “esvaziamento econômico” e das suas condições desiguais por meio dos bolsões de miséria, volume de desemprego e êxodo rural (CRUZ, 2003).

A inserção das políticas neoliberais ocasionaram diversos prejuízos para o Brasil, entretanto, o maior deles foi a forte diminuição do controle do Estado sobre setores considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional. A soberania nacional consolidada no período

---

<sup>5</sup> As dez medidas do Consenso de Washington foram: disciplina fiscal, prioridades do gasto público, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual.

<sup>6</sup> Segundo Cruz (2004), além do encerramento do crédito para o setor agroindustrial ocorreu o baixo dinamismo e crescimento econômico, atrelado ao um processo inflacionário com crescente endividamento externo.

desenvolvimentista foi desmontada com a abertura comercial e financeira, que criou “uma verdadeira ‘camisa de força’ para a política econômica, impedindo ou dificultando a realização de suas políticas específicas, dado que estas não conseguem compatibilizar suas metas e instrumentos com os da macroeconomia [...]” (CANO, 2017, p.23).

Dessa maneira, as políticas de desenvolvimento regional perderam forças, assim como as instituições destinadas às formulações e à execução de políticas públicas dirigidas às regiões menos favorecidas e, conseqüentemente, o Estado tornou-se mais ausente em relação ao projeto de desenvolvimento e direcionado a buscar o equilíbrio macroeconômico da nação. Por conseguinte, o discurso neoliberal influenciou o Estado converter-se em uma agência para o ajustamento das práticas e políticas da economia nacional às exigências estabelecidas pela economia global.

Ao analisar os desdobramentos das transformações na economia brasileira durante os anos 1990, observa-se que a desregulamentação econômica gerou uma expansão da financeirização a partir do aumento da valorização do capital especulativo em detrimento do produtivo, gerando exacerbados lucros para o sistema financeiro, além do endividamento privado e público. No que tange a inserção do Brasil no comércio internacional, nota-se um amplo e intenso processo de abertura externa que abrangia tanto do ponto de vista comercial – eliminação de barreiras alfandegárias – quanto do ponto de vista financeiro – desregulamentação para os fluxos de capitais estrangeiros (CARCANHOLO, 2010).

A abertura comercial representou um mecanismo capaz de incrementar a produtividade da indústria brasileira<sup>7</sup>, enquanto a liberalização financeira significou a criação de novos fluxos de investimentos que deveriam contribuir para a retomada do desenvolvimento do país, dado o aumento do volume de inversões estrangeiras no Brasil. De forma complementar, a instauração do Estado mínimo promoveu: o lançamento de Agências Reguladoras com intuito de regular e fiscalizar os setores considerados relevantes na economia brasileira e a realização das privatizações de empresas estatais, jazidas de petróleo e outras instituições públicas justificadas pelo argumento da ineficiência estatal, considerando que ocorreria tanto a redução dos custos para a máquina pública quanto à queda dos preços de bens e serviços para os consumidores.

Neste sentido, a mudança da economia política e a implantação das ações neoliberais no Brasil trouxeram profundas alterações na estrutura produtiva do Norte Fluminense, que podem ser observadas na dinâmica socioeconômica regional no final dos anos 1980. Conforme Piquet (2010), o eixo econômico do Norte Fluminense transformou-se de uma base agroindustrial açucareira, calcado em modo de produção retrógrado, para um segmento do setor extrativo mineral de práticas empresariais modernas. Para região, o início da década de 1990 foi marcado pelo discurso da

---

<sup>7</sup> Considerando que sua inserção no mercado internacional incentivaria o aumento de competitividade de bens e serviços nacionais em relação aos outros países.

diversificação econômica, representado pela extração de petróleo como principal fator diversificador da economia regional (CRUZ, 2004).

Diante desse contexto, as atividades extrativistas foram responsáveis pela formação de uma nova economia na região, produzindo importantes mudanças estruturais produtivas e incorporando novas atividades econômicas, além de criar novos processos sociais que foram capazes de interferir nas relações que coordenaram a utilização do território (OLIVEIRA, 2003). Contudo, o impacto mais significativo para região é a arrecadação de *royalties* e participações especiais, que injetam um grande volume de recursos nos orçamentos municipais da região, uma vez que proporcionam poder de fogo e autonomia para investimentos em políticas públicas, dentre as quais as de fomento às atividades econômicas (CRUZ, 2004).

O crescimento exponencial dos recursos de *royalties* e participações especiais é decorrente da promulgação da Lei nº 9.478, de 1997, conhecida como *Lei do Petróleo*, que dispõe diretrizes sobre a política energética no novo contexto regulatório setorial. Com efeito, estabeleceram-se as seguintes transformações na regulação do setor petrolífero: o fim do monopólio estatal sobre as atividades de prospecção e extração de petróleo; a constituição da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE); a ampliação da alíquota do *royalty*; e a alteração da forma de rateio e a criação do novo instrumento compensatório das participações especiais.

O fim do monopólio da exploração de petróleo pela Petrobras culminou no vertiginoso ingresso de dezenas de empresas multinacionais na região, impulsionado pela modernização da legislação e das normas que regulam o setor extrativista (OLIVEIRA, 2003). Entretanto, ainda que se realize uma volumosa injeção de recursos e de investimentos nas instalações e equipamentos, verifica-se que o desenvolvimento ocorreu de forma concentrada e segregada, em termos sociais e espaciais, agravando a hierarquia e a seletividade entre municípios do Norte Fluminense. Para Cruz (2012, p.12), “a ausência de intervenção planejada com políticas públicas multissetoriais de base territorial permitiu a ocorrência de desordem e de caos urbano, de uma população ‘sobrante’, de ‘favelização’ e de violência [...]”.

De fato, os problemas regionais passaram a ser debatidos exclusivamente pela escala local, priorizando políticas que buscassem desenvolver potencialidades locais sem necessariamente integrar o território nacional. Brandão (2007) ressalta que o debate sobre a escala local busca realizar as exigências ditadas pelo processo de globalização, portanto, criam-se ações para tornar o *locus* receptivo e conquistador dos agentes econômicos. Neste sentido, as diferentes hierarquias (considerado em variadas escalas) são completamente refutadas, ignorando suas especificidades como sua natureza estrutural, seus elementos históricos e dinâmicos. Na verdade, presencia-se a

cristalização de um grande consenso, respaldado pelo “pensamento único localista”, que contribui para reprimir o debate sobre a função das escalas intermediárias no processo de desenvolvimento econômico.

Além do mais, tal fato associa-se ao contexto da mundialização do capital, que se trata de uma nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que controlam seu desempenho e sua regulação. O estilo de acumulação passa ser realizado pelas novas formas de centralização dos gigantescos capitais financeiros e administrado anonimamente, assim, singularizando “o novo capitalismo” de fins do século XX. Nesse contexto, o horizonte temporal e a valorização do capital industrial tende-se a reduzir cada vez mais, permitindo a mudança repentina das estratégias dos grandes grupos mundiais e a preferência à liquidez, além de revelar o aspecto das ações de curto prazo (CHESNAIS, 1996).

No caso brasileiro, a situação apresenta-se de forma ainda mais dramática, dado seu caráter desigual e com marcantes heterogeneidades estruturais – produtivas, sociais e regionais – acentua as forças do subdesenvolvimento desigual, excludente e segregador (BRANDÃO, 2007). Teoricamente, observa-se que a economia brasileira inseriu-se no processo de mundialização do capital, no qual é denominado “como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas” (CHESNAIS, 1996, p.32). Sob este aspecto, os países capitalistas perderam a capacidade de conduzir seu próprio desenvolvimento de modo independente e autocentrado, além de não conseguir prosseguir com suas próprias políticas.

Observa-se que, o Norte Fluminense foi cenário de grande intervenção estatal, durante as décadas de 1970 e 1980, no qual repercutiram em decisivos impactos na configuração socioespacial da região. Neste aspecto, os investimentos em setores estratégicos, como da matriz energética, conduziram planos de desenvolvimento do país. Contudo, a partir da década de 1990, quando a concepção da escala local ganhou poder ilimitado no debate sobre o desenvolvimento urbano e regional (BRANDÃO, 2007), a região perdeu a ação do estado em planejar e executar os grandes investimentos públicos, principalmente, no setor petrolífero que ainda se apresentava como promissor para as próximas décadas.

A mudança do caráter do Estado e o processo de abertura comercial e financeira permitiram que a potencialidade da indústria petrolífera fosse integralmente subserviente ao capital externo, interrompendo o processo de desenvolvimento nacional, como é destacado por Furtado (1992). Na nova ordem mundial, o sistema capitalista volta a ser regido, exclusivamente, pelas livres forças de mercado, uma vez que a ausência de liberdade econômica é compreendida como o principal fator para explicação do lento progresso econômico. Todavia, a reestruturação produtiva brasileira



resultou no crescimento do número de empresas estrangeiras e o declínio das empresas de propriedade nacional, diante o contexto da mundialização do capital. Nas últimas décadas, evidenciou-se a preferência dos grandes grupos empresariais internacionais por liquidez a imobilizar e alocar investimentos em capital industrial, salientando o caráter das ações de curto prazo (CHESNAIS, 1996).

Neste sentido, compreende-se por que a mudança no padrão do desenvolvimento brasileiro, a partir dos os anos de 1990, teve e ainda tem grande impacto na região Norte Fluminense, dado que as políticas econômicas inseridas nesse período tendem a acentuar o padrão desigual de desenvolvimento nesse território. Com efeito, o grande volume de investimentos pela economia petrolífera e a adoção das políticas neoliberais implicaram em um conjunto de transformações no papel do Estado, sobretudo, neste segmento de atividade econômica, considerada estratégica para o desenvolvimento de uma nação.

A presença conjunta dos fatores regionais e nacionais fortaleceu que este território vivenciasse um crescimento especializado e, atualmente, dependente de decisões sobre investimentos que não pertencem aos atores locais. Desta forma, verifica-se que não existem mecanismos ou projetos capazes de promover o desenvolvimento econômico de forma efetiva, de acordo com a perspectiva de furtadiana, nem elementos suficientes para propulsionar o desenvolvimento regional, conforme a abordagem de Hirschman (1961).

### **3. OPULÊNCIA E MISÉRIA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES: UMA ANÁLISE DAS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL**

Em função dos elementos anteriormente analisados, o município de Campos dos Goytacazes foi escolhido para retratar as peculiaridades do desenvolvimento contraditório do Norte Fluminense, bem como demonstrar que o processo de acumulação de capital não gerou a elevação do padrão de vida da maioria da população. Para tanto, buscou-se analisar os aspectos econômicos, como o produto interno bruto municipal e a composição setorial do setor industrial, fornecido pelo IBGE; informações sobre distribuição de renda e desigualdade social, entre os anos de 1991, 2000 e 2010, também disponibilizados pelo IBGE com base no CENSO e dados sobre o mercado de trabalho, fornecidas pela Relação de Anual de Informações Sociais (RAIS).

Segundo Cruz e Azevedo Neto (2016, p. 2), a formação socioeconômica, política e cultural do município foi pautada pelos recursos naturais encontrados em seu solo e subsolo, “[...] as oportunidades de extração e produção de riquezas no setor primário da economia, seja no âmbito da agricultura ou no da extração mineral, sempre estiverem presentes nas suas conjunturas de

dinamização econômica”. A Tabela 1 apresenta informações sobre a distribuição setorial do Produto Interno Bruto (PIB) da região Norte Fluminense e de Campos dos Goytacazes, de 1920 a 2010, nota-se que atividade agropecuária possuía um peso relevante na dinâmica econômica da região NF e do município, respectivamente, com 58,3% e 56,8%, em 1920.

Contudo, ao longo do período analisado, o setor agropecuário perdeu participação na composição do PIB, tendo em vista que a região vivenciou um ciclo de crescimento econômico calcado na modernização conservadora do setor sucroalcooleiro, em conjunto com as inversões de exploração e produção de petróleo na bacia de Campos. A participação do setor agropecuário regional caiu de 58,3% para 0,6%, apresentando uma variação de 98,97%, enquanto o município Campos dos Goytacazes apresentou uma queda de 56,8% para 0,4%, representando uma variação positiva de 98,2%, entre 1920 a 2010. O declínio da atividade agropecuária foi intensificado durante o período desenvolvimentista, quando a região vivenciou o ciclo de crescimento econômico calcado na modernização conservadora do setor sucroalcooleiro, em conjunto com as inversões de exploração e produção de petróleo na bacia de Campos.

**Tabela 1: Distribuição setorial, em %, do produto interno bruto (PIB) no Norte Fluminense e em Campos dos Goytacazes, de 1920 a 2010**

Local	Sector	1920	1970	1980	1996	2000	2010
Norte Fluminense	Agropecuária	58,3%	23,4%	17,3%	4,6%	2%	0,6%
	Indústria	9,5%	28,2%	27,3%	51,9%	56,1%	58,9%
	Serviços	28,7%	40,5%	49,2%	33,4%	30,9%	32,0%
	Administração pública	3,6%	7,9%	6,3%	10,0%	11,0%	8,5%
	<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Campos dos Goytacazes	Agropecuária	56,8%	21,8%	15,5%	7,4%	1,3%	0,4%
	Indústria	10,6%	27,8%	28,8%	13%	60,8%	68,2%
	Serviços	29,3%	42,7%	48,2%	62,3%	28,5%	23,7%
	Administração pública	3,4%	7,8%	7,5%	17,2%	9,4%	7,7%
	<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

As políticas do setor sucroalcooleiro controladas pelas elites locais, no período desenvolvimentista, contribuíram para a especialização produtiva e o fechamento da região (CRUZ, 2003). Dessa forma, o perfil da produção agrícola do Norte Fluminense foi marcado pela extinção de plantações tradicionais, como: milho, arroz, café, mandioca, feijão e banana, resultando na expansão monocultura canavieira. Entretanto, com o fim do período desenvolvimentista e, conseqüentemente, a redução dos recursos para custeio das políticas agrícolas, o setor da agricultura vem perdendo participação na composição da produção interna bruta tanto na região quanto no município campista.

Por outro lado, a participação do setor industrial começou a avançar no NF, a partir da década de 1970, pelos resultados dos investimentos na ampliação da capacidade industrial das

usinas de açúcar a álcool, assim como as inversões realizadas na instalação do complexo petrolífero, em Macaé, pelo Estado nacional. No entanto, o setor industrial de Campos dos Goytacazes, entre os anos 1980 e 1996, apresentou uma queda de 55%, enquanto a região NF manifestou um crescimento de 90% da participação no PIB regional. Acredita-se que tal resultado foi consequência do desmonte do complexo sucroalcooleiro, ao passo que o crescimento industrial da região foi provocado pela indústria extrativa petrolífera.

Ao examinar a distribuição dos setores industriais do Norte Fluminense, de Campos dos Goytacazes e de Macaé, procurou-se compreender minuciosamente como ocorreram as transformações no setor, entre 1970 a 1996, período em que a série é disponibilizada pelo IBGE, conforme a Tabela 2. A compreensão da participação setorial de cada município é relevante, pois se trata das duas cidades consideradas, atualmente, polos regionais no Norte Fluminense, além de colaborar para percepção da transformação da matriz produtiva na região. Ao longo desse período, o setor de transformação e de extrativa mineral no Norte Fluminense experimentou uma variação positiva de 5,96%, seguido de um crescimento de 14,9% do setor de construção e uma queda de 85,9% do serviço de utilidade pública.

No entanto, averiguando o comportamento da indústria extrativa e de transformação nos municípios verifica-se que houve um movimento oposto de cada município, ou seja, Campos dos Goytacazes exibiu uma queda de 78% para 62,8%, indicando um declínio de 19,4% da sua produção extrativa mineral e de transformação, ao passo que Macaé expandiu de 65,2% para 85,5%, apresentando um crescimento de 31,1%.

**Tabela 2: Distribuição da composição do setor industrial, em %, do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes e Macaé, de 1970 a 1996**

Nível geográfico	Setor Industrial	1970	1980	1996
Norte Fluminense	Transformação e extrativa mineral	78,8%	68,6%	83,5%
	Construção	13,4%	24,9%	15,4%
	Serviços de utilidade pública	7,8%	6,5%	1,1%
	<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Campos dos Goytacazes	Transformação e extrativa mineral	78,0%	76,8%	62,8%
	Construção	12,8%	17,8%	29,6%
	Serviços de utilidade pública	9,2%	5,4%	7,7%
	<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Macaé	Transformação e extrativa mineral	65,2%	60,4%	85,5%
	Construção	27,6%	33,9%	14,0%
	Serviços de utilidade pública	7,2%	5,7%	0,5%
	<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Cabe destacar, que o intervalo considerado foi marcado pela construção do complexo petrolífero em Macaé, o que explica a expansão do setor industrial extrativo e de transformação no

município; enquanto Campos dos Goytacazes, a partir de 1985, vivenciou o processo de redução dos investimentos públicos na indústria sucroalcooleira, sucedendo-se no desmonte desse segmento no município campista. Com efeito, o crescimento da indústria extrativa e de transformação regional é corroborado pela expansão realizada em Macaé, provocada tanto pelo aumento do volume da extração e produção do mineral, quanto pela criação de novas atividades industriais relacionadas ao setor. Os efeitos do desenvolvimento da indústria petrolífera no município foram capazes de reduzir as consequências da derrocada do setor sucroalcooleiro em Campos dos Goytacazes, em termos de composição de produto interno bruto (PIB).

Acresce-se a isso, o fato de que, a expansão da economia petrolífera ocorreu de forma concentrada espacialmente, abarcando Macaé e em seu entorno. Cruz (2003, p.281) pontua que a escolha da instalação do complexo da Petrobrás nesse município seguiu as razões da diminuição dos custos e otimização dos diversos aspectos da nova atividade econômica. “Por isso, e, talvez, pelo fato de que Campos já concentrava historicamente os investimentos públicos e privados regionais e estava em pleno *boom* de atração de recursos públicos, nesse momento, foi decidida a instalação do complexo extrativista em Macaé”.

Nesse cenário, o aparato estatal foi sendo extinto, refletindo no encerramento de diversos órgãos de pesquisa e instituições de desenvolvimento na região, ligados à agroindústria sucroalcooleira. Após a derrocada industrial campista, a participação do valor agregado do setor industrial retomou apenas no início dos anos 2000, período posterior à promulgação da Lei do Petróleo, que determinou a quebra do monopólio da Petrobras e reestruturação do setor no país. Consequentemente, a lei permitiu que ocorresse um processo de ampliação da extração e produção mineral da bacia de Campos, ao mesmo tempo que também provocou a intensificação das compensações financeiras – *royalties* e participações especiais – para os municípios produtores.

Nas últimas duas décadas, de acordo com o Gráfico 1, a distribuição setorial de Campos dos Goytacazes é sinalizada pela alta participação do setor industrial, porém, não se pode afirmar que o setor da indústria campista é arrastado somente pelo aumento da produção física da atividade extrativa mineral na bacia de Campos. Vale salientar, que o valor adicionado agregado da indústria incorpora o repasse das compensações financeiras, portanto, os altos valores industriais no município são resultados do grande volume desses recursos destinados a Campos dos Goytacazes<sup>8</sup>.

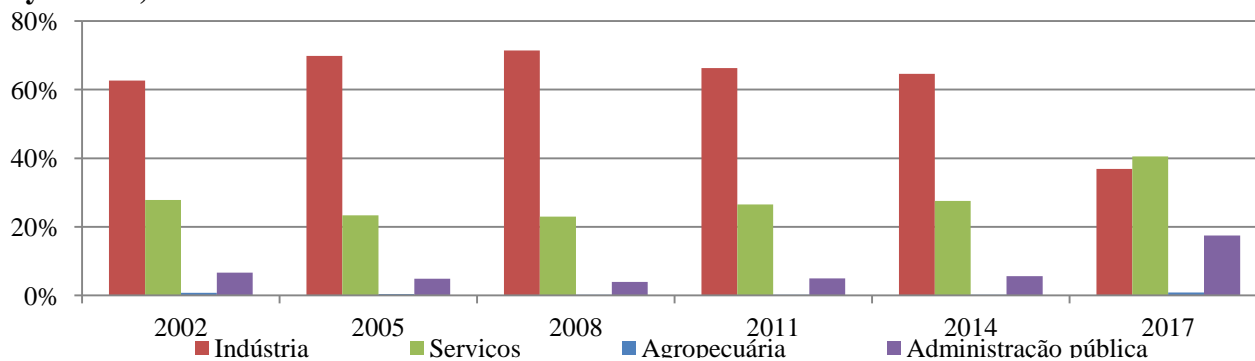
O gráfico também evidencia que os setores da indústria, de serviços e de administração pública sofreram uma grande alteração, em 2017, quando a participação do setor industrial foi reduzida, no mesmo momento que a participação dos setores de serviços e de administração pública

---

<sup>8</sup> Costa (2013) chama atenção para o fato do valor adicionado industrial (VAB) não ser desmembrado em indústrias extrativas, indústrias de transformação, indústrias de fornecimento de serviços públicos e construção civil, em nível municipal. Além disso, a receita de *royalties* e participações especiais é contabilizada no VAB industrial.

cresceu. Tal efeito foi consequência da crise do petróleo, em 2016, que foi responsável por diminuir o valor das rendas petrolíferas, conseqüentemente, desencadeando diversos desdobramentos no município de Campos, segundo Cruz e Azevedo Neto (2016).

**Gráfico 1: Distribuição setorial, em %, do produto interno bruto (PIB) de Campos dos Goytacazes, de 2002 a 2017**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados próprios do IBGE.

A presença dos *royalties* e das participações especiais funciona como condicionante de determinadas atividades econômicas em curto prazo, especialmente, as industriais que receberam grande volume de recursos e os gastos públicos realizados. Ademais, Campos dos Goytacazes se estabeleceu como centro regional, uma vez as rendas petrolíferas, a infraestrutura existente e sua posição estratégica contribuíram com o adensamento urbano, observando-se um impulso nos setores de construção civil, moradia, negócios e infraestrutura.

Neste sentido, a abundância dos repasses de *royalties* contribuiu para a elevação da arrecadação municipal, dos investimentos em infraestrutura e para criação de empregos diretos e indiretos, caracterizando um novo ciclo econômico. Todavia, apesar do crescimento econômico experimentado nos últimos anos, verifica-se que não houve mudanças significativas na estrutura produtiva do município, pelo contrário, a crise do petróleo salientou o caráter de uma economia municipal especializada no rentismo. A redução do valor da *commodity* acarretou grande perda da participação do setor industrial municipal, o que demonstra a dependência do município em relação às rendas provenientes da extração e produção do mineral.

Para confirmar tal validação, buscou-se verificar a participação do número de atividades industriais do Norte Fluminense e de Campos dos Goytacazes em relação ao estado do Rio de Janeiro, justamente, para captar se houve os possíveis efeitos de encadeamento industrial na economia petrolífera, como Piquet (2004) e Hirschman (1961) asseveram. Na tabela 4 demonstra-se a distribuição do número de atividades econômicas do setor industrial em relação ao estado do Rio de Janeiro, destacando a contribuição do Norte Fluminense e Campos dos Goytacazes, verifica-se

que a atividade econômica da indústria extrativa está concentrada na região, equivalendo mais de três quartos da atividade industrial do estado, de 2002 a 2017.

**Tabela 4: Participação, em %, da atividade industrial do Norte Fluminense em relação ao estado do Rio de Janeiro e a distribuição da participação municipal na atividade industrial, em %, entre 2002 a 2017**

Setor	Atividades Econômicas Setoriais (%)					
	2002	2005	2008	2011	2014	2017
<b>Indústria (NF)</b>	<b>82,45%</b>	<b>88,83%</b>	<b>70,23%</b>	<b>75,66%</b>	<b>78,52%</b>	<b>76,19%</b>
<b>Indústria extrativa (NF)</b>	<b>64,32%</b>	<b>68,17%</b>	<b>49,48%</b>	<b>58,47%</b>	<b>58,56%</b>	<b>58,23%</b>
Campos dos Goytacazes	0,77%	0,64%	0,42%	0,52%	0,68%	0,61%
Macaé	63,34%	67,40%	48,83%	57,83%	57,76%	56,69%
Demais municípios do NF	0,21%	0,13%	0,23%	0,13%	0,42%	0,93%
<b>Indústria de Transformação (NF)</b>	<b>4,17%</b>	<b>4,91%</b>	<b>5,70%</b>	<b>5,40%</b>	<b>5,73%</b>	<b>6,30%</b>
Campos dos Goytacazes	2,01%	2,23%	2,29%	1,83%	1,91%	1,60%
Macaé	1,65%	2,30%	3,10%	3,26%	3,32%	4,06%
Demais municípios do NF	0,51%	0,39%	0,32%	0,31%	0,50%	0,64%
<b>Serviços de utilidade pública (NF)<sup>9</sup></b>	<b>3,32%</b>	<b>4,79%</b>	<b>3,44%</b>	<b>3,98%</b>	<b>4,48%</b>	<b>3,06%</b>
Campos dos Goytacazes	2,07%	3,52%	2,83%	2,59%	3,34%	1,90%
Macaé	1,14%	1,16%	0,59%	1,36%	1,10%	0,98%
Demais municípios do NF	0,11%	0,11%	0,02%	0,03%	0,04%	0,18%
<b>Construção (NF)</b>	<b>10,64%</b>	<b>10,96%</b>	<b>11,61%</b>	<b>7,81%</b>	<b>9,75%</b>	<b>8,60%</b>
Campos dos Goytacazes	2,57%	2,89%	3,49%	3,59%	2,62%	2,57%
Macaé	7,38%	7,24%	6,85%	2,90%	5,96%	5,74%
Demais municípios do NF	0,69%	0,83%	1,27%	1,32%	1,17%	0,29%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação CEPERJ.

De fato, Macaé concentrou mais da metade da participação do número de atividades econômicas relacionadas ao setor extrativo, de 2002 a 2017, o que evidencia a aglomeração da economia petrolífera no município. Por outro lado, Campos dos Goytacazes e os demais municípios<sup>10</sup> possuem contribuições ínfimas para o segmento, não atingindo nem 1% da atividade extrativa mineral fluminense, durante todo o período observado. Ao analisar a participação da indústria de transformação, observa-se que as proporções das atividades econômicas referentes a este setor são bem menores do que o percentual da indústria extrativa, o que aponta para especialização nas primeiras etapas da cadeia petrolífera<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> Compreende-se “serviços de utilidade pública” como geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana.

<sup>10</sup> Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Quissamã, São Fidélis, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana.

<sup>11</sup> Piquet (2010) explica que o setor petrolífero é composto por dois grandes segmentos - *upstream* ou montante e *downstream* ou jusante<sup>11</sup>. Assim, na região compreende-se que há concentração da primeira etapa da sequência produtiva do petróleo (*upstream*), visto que a indústria de transformação regional tem baixa participação nas atividades do estado, apontando para que a produção extraída da bacia de Campos seja beneficiada (*downstream*) fora da região Norte Fluminense.

Piquet (2007, p. 23) pontua que a *commodity* contém fortes efeitos de encadeamento que podem propiciar “processos de mudanças estruturais, uma vez que o petróleo constitui uma fonte privilegiada de recursos naturais capaz de fornecer divisas, energia e insumos a partir das quais é possível dar início ao processo de industrialização”. No entanto, de 2002 a 2014, verifica-se que a atividade da indústria extrativa permaneceu como primeiro segmento relevante da cadeia industrial fluminense, obtendo crescimentos significativos até meados de 2014. Em contrapartida, a atividade de indústria de transformação não sofreu grandes alterações na participação estadual, evidenciando indícios que a economia petrolífera não foi capaz de originar indústrias adicionais ou indústrias satélites, por meio da criação de economias externas e complementaridade.

Em virtude disso, entende-se que o encadeamento não teve forças suficientes porque não houve transformação da estrutura produtiva dos demais municípios, além de constatar que a matéria-prima é apenas extraída, ou seja, ela é beneficiada fora da região. Acrescenta-se a isso, o fato de que, a indústria petrolífera acompanha a lógica da teoria de localização, fundamentada na racionalidade microeconômica, que busca obter no fator locacional a minimização de custos de operação. Portanto, direcionar a produção mineral para locais onde já havia sido instalado um complexo de atividades industriais assegurou os ganhos em economia de escala desse segmento.

Para região, esse processo explica o motivo pelo qual o petróleo é beneficiado fora da região e por que a atividade petrolífera está concentrada em Macaé. Se as atividades petrolíferas fossem distribuídas ao conjunto dos municípios na região, ainda que o processo produtivo fosse limitado apenas à extração, os efeitos da indústria petrolífera seriam menos desiguais para os municípios da região, porém, o custo de operação seria muito maior. Em vista disso, compreende-se que a configuração da estrutura produtiva da cadeia do petróleo no Norte Fluminense foi estabelecida a partir da redução de custos dos fatores produtivos, e não por utilizar a expansão do setor industrial como instrumento de desenvolvimento regional,

Na realidade, a ocupação desse segmento seguiu a racionalidade neoclássica, indicando que, mesmo no período desenvolvimentista, a implementação da indústria-chave (no caso, a indústria petrolífera) não utilizou da estratégia desenvolvimentista. Assim, esse setor espalhou-se, de acordo com a otimização de recursos, o que evidencia do ponto de vista desenvolvimentista, que não houve uma preocupação com o desenvolvimento regional do Norte Fluminense. Em síntese, em termos de estrutura produtiva, a indústria petrolífera apenas criou elo com o município de Macaé, ao passo que os demais municípios da região, inclusive Campos dos Goytacazes, participam da indústria petrolífera somente pela ótica financeira, tanto que os municípios rentistas são caracterizados por não terem nenhuma atividade econômica que sustente o processo de acumulação de capital.

Contudo, o grande volume de recursos das rendas petrolíferas originou um *boom* populacional, atraindo um grande contingente populacional alimentado pela expectativa de obter melhor qualidade de vida, uma vez que uma maior capacidade de investimento público estimula áreas como: educação, saúde, obras de infraestrutura urbana e etc. Na Tabela 5 demonstra-se o número populacional de Campos dos Goytacazes, Norte Fluminense e Brasil, segundo IBGE (2020), constata-se que ao longo do período de 1991 a 2010, a população total de Campos dos Goytacazes saltou de 389.109 para 463.731 habitantes, isto é, houve um crescimento de 19%. Contudo, o resultado do município é inferior ao que ocorreu na região NF (39%), no estado do Rio de Janeiro (25%) e no país (30%).

O crescimento populacional da região Norte Fluminense é bastante expressivo em relação aos demais níveis geográficos, observa-se que a população regional passou de 611.576 para 849.515 habitantes em aproximadamente 20 anos. As alterações no perfil demográfico da região foram ocasionadas pelas atividades de extração mineral de petróleo, Cruz (2004) ressalta que, embora houvesse efeitos positivos como a presença de grandes investimentos, também ocorreu impactos negativos como a degradação da infraestrutura urbana e imigração.

**Tabela 5: Número populacional de Campos dos Goytacazes, Norte Fluminense, Rio de Janeiro e Brasil, 1991 a 2010**

Nível geográfico	1991		2000		2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
<b>Campos dos Goytacazes</b>	324.667	64.442	364.177	42.812	418.725	45.006
<b>Norte Fluminense</b>	484.346	127.230	594.713	104.070	748.680	100.835
<b>Rio de Janeiro</b>	12.199.641	608.065	13.821.466	569.816	15.464.239	525.690
<b>Brasil</b>	110.990.990	35.834.485	137.953.959	31.845.211	160.924.140	29.823.591

Nível geográfico	1991		2000		2010	
	Urbana (%)	Rural (%)	Urbana (%)	Rural (%)	Urbana (%)	Rural (%)
<b>Campos dos Goytacazes</b>	83,4%	16,6%	89,5%	10,5%	90,3%	9,7%
<b>Norte Fluminense</b>	79,2%	20,8%	85,1%	14,9%	88,1%	11,9%
<b>Rio de Janeiro</b>	95,3%	4,7%	96,0%	4,0%	96,7%	3,3%
<b>Brasil</b>	75,6%	24,4%	81,2%	18,8%	84,4%	15,6%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados IBGE.

Examinando as alterações da população urbana e rural do NF e de Campos, verifica-se que, entre 1991 a 2000, houve um crescimento da população urbana à medida que a população rural sofreu uma redução. Entretanto, entre 2000 a 2010, ocorreu um aumento significativo da população urbana, respectivamente, de 15% para o município e de 26% para região, ao passo que a população rural em Campos cresce em 5%, e na região apresenta uma queda de 3%. O descompasso entre as variações de população urbana e rural apontam para a existência de fluxos migratórios de outras regiões brasileiras, fortalecendo a ideia que o novo ciclo econômico da economia petrolífera atraiu



indivíduos em busca da inserção do mercado de trabalho e dos benefícios provocados pelas receitas petrolíferas.

O crescimento demográfico não ocorreu de forma homogênea, o que evidencia a dinâmica desigual entre os municípios da região, conforme foi visto pela diferença da variação do crescimento populacional entre o município de Campos dos Goytacazes e o Norte Fluminense. O estado do Rio de Janeiro é altamente urbanizado, sendo 96,7% de sua população concentrados em áreas urbanas, enquanto a população rural era de 3,3%, segundo informações do último Censo realizado pelo IBGE em 2010. A proporção da população rural fluminense em 2010, aproximadamente, foi quatro vezes menor que a população rural no país; também se verificou que existe uma tendência de concentração do meio urbano no Norte Fluminense, onde houve uma queda de 21% da população rural e um crescimento de 55% da população urbana entre 1991 a 2010.

No primeiro período, entre 1991-2000, o Norte Fluminense experimentou uma queda de 18% da população rural, ao passo que a população urbana cresceu em 23%; no segundo período, entre 2000-2010, a população rural diminuiu em 3%, ao mesmo tempo que a urbana aumentou em 26%. Inicialmente, pode-se caracterizar que o primeiro período foi marcado tanto pelo decréscimo da atividade sucroalcooleira quanto pela intensificação da atividade petrolífera; enquanto o segundo ainda aponta significativamente para extração mineral. No município de Campos dos Goytacazes, a situação é semelhante ao contexto regional, pois existe uma tendência de redução da população no meio rural, desde a década de 1980 a 2000.

Já a partir dos anos 2000, a população rural se mantém relativamente estabilizada, o que significa que as poucas atividades desenvolvidas no rural em Campos dos Goytacazes ainda mantém essa população no campo. Entretanto, o crescimento da população urbana é bastante expressivo, indicando que a dinâmica econômica municipal foi influenciada pela expansão da capacidade de investimento público pelas rendas petrolíferas, que atraiu esse crescimento populacional. Tanto que analisando a evolução da renda *per capita* no município, constata-se que, apesar do grande volume de recursos destinados a Campos dos Goytacazes, o nível de renda por pessoa não acompanhou o mesmo movimento.

De acordo com a Tabela 6, a evolução da renda *per capita* média, em termos nacionais, alterou de R\$ 447,60 para R\$ 793,90, que representou um crescimento de 77% da renda *per capita* média das duas últimas décadas. No que tange à análise estadual, salienta-se que os resultados fluminenses apresentaram-se maiores que as médias nacional e municipal, além de acompanharem a tendência de elevação do nível de renda *per capita*. A renda *per capita* do estado do Rio de Janeiro cresceu 71%, entre 1991 e 2010, passando de R\$ 608,80 para R\$ 826,04 entre 1991 a 2000; e de R\$ 826,04 para R\$ 1.039,30 entre 2000 a 2010. Em Campos dos Goytacazes, também houve melhora

dos indicadores de renda per capita, aumentando de R\$ 371,75 para R\$ 490,87 no primeiro período; e de R\$ 490,87 para R\$ 682,59 no segundo período, no total uma elevação de 84%.

**Tabela 6: Renda per capita em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro e Brasil, 1991/ 2000/ 2010**

Nível geográfico	1991	2000	2010
<b>Campos dos Goytacazes</b>	371,75	490,87	682,59
<b>Rio de Janeiro</b>	608,80	826,04	1.039,30
<b>Brasil</b>	447,60	592,50	793,90

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

A despeito do crescimento da renda *per capita* média municipal, verificou-se que os valores ficaram abaixo da média nacional e estadual, refletindo os aspectos de baixo dinamismo econômico, uma vez que o município se inseriu na dinâmica da economia petrolífera apenas como um município rentista, ao mesmo tempo que atraiu um grande volume de população. Posto que a renda *per capita* apenas considere a razão entre volume de recursos monetários e o número de habitantes, pode-se destacar que a renda *per capita* não reflete em distribuição de renda.

Dessa forma, a Tabela 7 demonstra o percentual de extremamente pobres e de pobres<sup>12</sup> para buscar compreender as condições de vida da população. Ao longo do período analisado, a proporção de extremamente pobres e de pobres vem reduzindo gradativamente, especialmente, no segundo período (2000-2010), no qual é marcado pela redução nacional de 47% da população extremamente pobres e 46% da população pobres<sup>13</sup>. O Rio de Janeiro apresentou percentuais menores da população em condições de extrema pobreza e pobreza, bem inferiores que a média nacional e ao município de Campos dos Goytacazes. O estado fluminense também reduziu a pobreza no período analisado, sendo de 1991 a 2010, a extrema pobreza passou de 7,24% para 1,98% da população extremamente pobre, uma queda de 73%; enquanto a proporção de pobres caiu de 22,94% para 7,23%, ou seja, um declínio de 68%.

**Tabela 7: Proporção da população extremamente pobre e pobre de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro e Brasil, 1991/ 2000/ 2010**

Nível geográfico	% de extremamente pobres			% de pobres		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
<b>Campos dos Goytacazes</b>	15,66	6,47	3,67	42,13	23,75	13,49
<b>Rio de Janeiro</b>	7,24	3,64	1,98	22,94	13,65	7,23
<b>Brasil</b>	18,6	12,5	6,6	38,2	27,9	15,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

<sup>12</sup> Consideram-se indivíduos extremamente pobres, aqueles com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, com base em agosto de 2010. Já a proporção dos indivíduos pobres, refere-se a proporção com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010.

<sup>13</sup> Vale destacar, que a redução da população extremamente pobre está relacionada ao conjunto de fatores que não estão associados à região, dentre os quais, elencam-se as políticas de distribuição de renda, a valorização do salário mínimo e o controle da inflação. Neste aspecto, evidencia-se o esforço de redução da extrema pobreza nesse período neodesenvolvimentista.

Segundo os dados do IBGE, Campos dos Goytacazes demonstra suas particularidades, uma vez que se distancia da realidade socioeconômica do estado do Rio de Janeiro, tendo quase o dobro da porção de população estadual de extremamente pobres e pobres. Destaca-se para o alto percentual de 42,13% em 1991 de população pobre, sendo maior que média nacional. O município também reduziu o contingente populacional de pobreza e extrema pobreza, acompanhando as altas quedas em nível nacional e estadual, 77% no primeiro período (1991-2000); e 68% no segundo período. Contudo, o município campista ainda permanece em situação discrepante da realidade estadual, o que evidencia a necessidade de compreender as especificidades que ainda perduram neste território e são responsáveis em perpetuar as condições de pobreza.

Para compreender as transformações durante a década de 1990, utilizaram-se informações sobre a evolução da população economicamente ativa (PEA) e a população ocupada e taxa de desocupados disponibilizados pelo IPEA nos anos de 1991 e 2000, conforme a Tabela 9. Percebe-se que a PEA de Campos dos Goytacazes teve uma variação de crescimento em 19%, proporção menor que as escalas regional (30%), estadual (25%) e nacional (33%). A população ocupada campista apresentou uma variação positiva de apenas 6%, enquanto o Norte Fluminense exibiu um percentual de três vezes maior que Campos dos Goytacazes. A diferença entre o município e a região poderia estar associada à desestruturação da estrutura produtiva sucroalcooleira e ao crescimento regional desigual provocado pela economia petrolífera, que ampliou e concentrou a demanda por trabalhadores aos redores do município de Macaé.

Analisando a taxa de desocupados, entre 1991 a 2000, verifica-se que a taxa expandiu em todos os níveis analisados, o município de Campos dos Goytacazes passou de 6,3% para 16,2%, indicando uma variação positiva de 158% da taxa de desocupados, enquanto o Norte Fluminense de 150%; estado do Rio de Janeiro de 134%; e Brasil de 182%. A elevada taxa de desocupados pode ser explicada pela transformação e reestruturação produtiva que o país experimentou no início dos anos 1990, orientada pelas políticas neoliberais.

**Tabela 1: Evolução da População economicamente ativa (PEA), população ocupada e taxa de desocupados para Campos dos Goytacazes, Norte Fluminense, Rio de Janeiro e Brasil, 1991 a 2000**

Nível geográfico	PEA		População Ocupada		Taxa de desocupados (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
<b>Campos dos Goytacazes</b>	151.012	179.522	141.535	150.472	6,3%	16,2%
<b>Norte Fluminense</b>	238.235	310.036	224.298	264.744	5,9%	14,6%
<b>Rio de Janeiro</b>	5.381.680	6.703.839	4.987.719	5.555.968	7,3%	17,1%
<b>Brasil</b>	58.456.125	77.467.473	55.293.313	65.629.892	5,4%	15,3%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA.

Em contrapartida para o início dos anos 2000, segundo dados disponibilizados pela PNUD (2020) para o município de Campos dos Goytacazes, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais passou de 62,34% em 2000 para 61,38% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação passou de 14,59% em 2000 para 10,19% em 2010. Compreende-se que no município campista, o primeiro período é marcado pela desaceleração econômica do desmonte do complexo sucroalcooleiro, enquanto o segundo período é marcado pela queda da taxa de desocupação, evidenciando uma retomada no crescimento das atividades produtivas no município campista.

Para complementar a análise, foi utilizada informações sobre a quantidade de empregos gerados disponibilizados pela RAIS devido à restrição, em termos de comparação dos dados analisados. Os períodos, entre 1991-2000 e 2000-2010, foram disponibilizados por órgãos de pesquisa e metodologias diferentes, o que impede que haja inferências ou constatações, entre os distintos períodos, de forma minuciosa. Neste sentido, a Tabela 10 apresenta-se a evolução do número de empregos, segundo grande setor da atividade econômica, para Norte Fluminense e Campos dos Goytacazes, nos anos de 1991, 2000, 2010 e 2017.

O setor industrial sofreu uma queda, entre 1991-2000, de 40% para região e 55% para o município, apontando para a redução do número de empregados do setor sucroalcooleiro, ao passo que a economia petrolífera não possuía as mesmas condições para criar um grande número de postos de trabalhos nesse segmento<sup>14</sup>. Também, compreende-se que o crescimento da participação do setor terciário foi uma das consequências da transformação na estrutura produtiva brasileira realizada nos anos 1990, por isso o número de postos de trabalhos no setor de comércio e serviços passaram a ter grande participação na atividade econômica regional e do município analisado.

**Tabela 2: Evolução do número de empregos, segundo grande setor da atividade econômica, para Norte Fluminense e Campos dos Goytacazes, 1991/ 2000/ 2010/ 2017**

Grande Setor	Norte Fluminense				Campos dos Goytacazes			
	1991	2000	2010	2017	1991	2000	2010	2017
<b>Indústria</b>	25.691	15.413	53.226	44.968	13.415	6.015	10.237	7.126
<b>Const. Civil</b>	3.196	7.884	18.048	13.413	951	3.233	8.091	4.004
<b>Comércio</b>	11.136	19.029	41.226	41.493	8.008	12.189	23.322	24.519
<b>Serviços</b>	34.950	51.104	110.585	124.087	22.403	22.887	43.614	48.255
<b>Agropecuária</b>	1.069	5.203	4.055	3.025	647	3.410	2.116	1.399
<b>Não classificado</b>	4.648	7	-	-	2.398	7	-	-
<b>Total</b>	<b>80.690</b>	<b>98.640</b>	<b>227.140</b>	<b>226.986</b>	<b>47.822</b>	<b>47.741</b>	<b>87.380</b>	<b>85.303</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

<sup>14</sup> É importante ressaltar que durante esse período não houve um processo de substituição de contratação do setor sucroalcooleiro pelo setor petrolífero, considerando que são setores bastante distintos: um enquadrado no setor agroindustrial tradicional da economia, bastante ligado às áreas rurais, e, outro, ligado à indústria globalizada e a serviços altamente complexos e especializados (PIQUET, TAVARES e PESSOA, 2017).

Além do mais, a atividade petrolífera passa a demandar bens e serviços que fomentam outras atividades econômicas, como é o exemplo dos setores de comércio, serviços e, principalmente, de construção civil, que abarca desde grandes obras de infraestrutura até empreendimentos da construção residencial. Contudo, o intenso crescimento de contratações desse setor em Campos dos Goytacazes está relacionado com o grande volume de mão de obra com baixa qualificação liberada pela indústria sucroalcooleira, que foi alocada em ocupações como a construção civil e em atividades informais.

Durante a primeira década do século XXI, a região destacou-se pelo novo ciclo de crescimento econômico, a quantidade de empregos em quase todos os setores praticamente dobrou, exceto no setor agropecuário. Assim, a indústria retomou fôlego com um crescimento de 245,3% do número de empregos, seguido pelos setores de construção civil (128,9%). De forma semelhante, o certo dinamismo econômico é observado em Campos dos Goytacazes, uma vez que o número de emprego floresceu nos setores de construção civil (150%), comércio (91%), serviços (91%) e industrial (70%).

A recuperação do número de empregos do setor industrial deve-se ao fato da segunda expansão da economia petrolífera na região tencionada pela Lei do Petróleo em 1997. Percebe-se que o número ocupações industriais na região cresce aproximadamente três vezes, enquanto em Campos dos Goytacazes não alcança nem o dobro do número de empregos no mesmo segmento, refletindo os efeitos da concentração e polarização do mercado de trabalho dessa região. Por outro lado, os setores de comércio, de serviços e de construção civil permaneceram aquecidos na região devido à dinâmica produtiva da economia petrolífera e, provavelmente, no município pela injeção maciça das rendas petrolíferas, que ampliou a capacidade investimento municipal.

No próximo período, entre 2010-2017, percebe-se o arrefecimento da dinâmica regional provocado pela queda do preço do petróleo. No mercado de trabalho houve uma redução do número de empregos dos setores da indústria de 15,5%, da construção civil de 25,7%, entretanto, no município campista, o número de demissões nos setor secundário apresentou-se de forma ainda mais intensa: 30% do setor de industrial e 51% do setor de construção civil. A disparidade evidenciada dos setores da indústria e de construção civil no período de crise entre a região e o município é explicada pela concentração de investimentos da economia petrolífera em Macaé, durante o período desenvolvimentista.

Na realidade, o município de Campos dos Goytacazes só consegue se inserir na lógica da economia petrolífera, por intermédio das rendas petrolíferas, que o permitiram expandir suas atividades econômicas, assim como o número de postos de trabalhos. No entanto, trata-se de um dinamismo econômico atrelado exclusivamente a esfera financeira, ou seja, uma economia

dependente do volume de recursos repassados ao município, que oscila de acordo com o cenário internacional. Em contrapartida, a região apresenta uma menor diminuição dos postos de trabalho por causa do município de Macaé que concentra a atividade produtiva petrolífera e, ainda que no período de crise, consegue manter determinado nível de emprego e dinamismo econômico.

Por fim, a tabela 11 reúne informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Coeficiente de Gini para complementar a análise socioeconômica do estudo. Analisando-se o IDH do Brasil, verifica-se que o índice exibiu crescimento nas últimas décadas analisadas, saltando de 0,5 para 0,61 entre 1991 e 2000; e 0,61 e 0,71 entre 2000 e 2010. Em termos estaduais, o IDH também cresceu saindo de 0,57 em 1991 para 0,76 em 2010, uma variação de 33%. No geral, o Brasil e o estado do Rio de Janeiro passaram de posições de IDH baixo para IDH alto durante 1991 a 2010. Em Campos dos Goytacazes, o IDH era menor que a média nacional em 1991, superando o IDH nacional em 2010, porém, o índice ainda permaneceu menor que a realidade fluminense. Ao longo do período observado, verificou-se que houve um crescimento de 42%, todavia, não se pode afirmar que crescimento dos indicadores do município foi, exclusivamente, orientado pela nova atividade econômica.

**Tabela 3: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Gini para Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro e Brasil, 1991/ 2000/ 2010**

Nível geográfico	1991		2000		2010	
	IDH	GINI	IDH	GINI	IDH	GINI
<b>Campos dos Goytacazes</b>	0,50	0,62	0,61	0,56	0,71	0,55
<b>Rio de Janeiro</b>	0,57	0,61	0,66	0,60	0,76	0,59
<b>Brasil</b>	0,49	0,63	0,61	0,59	0,73	0,53

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

O índice de Gini indica o grau de desigualdade social de determinado nível geográfico, no Brasil houve uma queda de 0,63 para 0,53, representando uma diminuição na desigualdade social do país de 16%, de 1991 a 2010. No estado fluminense também ocorreu o decréscimo do índice, de 0,61 para 0,59, que corresponde a uma variação 3%. Desse modo, não se verificam significativas transformações na estrutura socioeconômica do Rio de Janeiro. Em Campos dos Goytacazes, a situação é semelhante ao nível nacional, o índice vem decrescendo durante o período analisado, indicando desconcentração de renda para a população campista, entretanto, o índice nacional apresenta condições melhores do que os níveis estadual e municipal, revelando a alta concentração de renda no estado do Rio de Janeiro e em Campos dos Goytacazes.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso do Norte Fluminense, a mudança da matriz produtiva ocorrida na região fomentou as esperanças da população em experimentar o desenvolvimento econômico, modificando as estruturas preexistentes da região. Em outras palavras, a economia petrolífera representou a possibilidade de romper com os elementos estruturais do subdesenvolvimento, revertendo-se em benefícios para massa da população provocada pelo processo de acumulação de capital e do progresso técnico. Entretanto, por meio da análise socioeconômica da região, especialmente, de Campos dos Goytacazes, percebeu-se que não houve melhorias substanciais na estrutura socioeconômica regional e municipal.

A análise empírica evidenciou que os aumentos de renda per capita, índices de qualidade de vida e desigualdade social apenas acompanharam as tendências do contexto nacional e estadual, sem haver alguma mudança de caráter extraordinário ocasionado pela economia petrolífera. A partir da análise do contexto regional e dos desdobramentos da economia petrolífera, nota-se que há a ausência de interdependência setorial no território do Norte Fluminense, uma vez que os efeitos multiplicadores da indústria do petróleo não se desencadearam.

Dessa forma, a transformação do Norte Fluminense, em termos de estrutura produtiva, foi engendrada por uma economia petrolífera, com aspectos de enclave, isto é, trata-se de uma atividade econômica que contém condicionantes incapazes de culminar em efeitos multiplicadores. Na prática, a nova atividade econômica manifestou-se de forma centralizada, concentradora e polarizadora, tanto em termos espaciais como socioeconômicos (CRUZ, 2004). Em Campos dos Goytacazes, ainda que, o valor adicionado industrial se apresentasse como setor líder do município entre 2002 a 2014, compreende-se que a atividade é composta de pequenas indústrias – processamento de matérias-primas agrícolas, abatedouros, fabricação e engarrafamento de bebidas, produção de cerâmica vermelha – e apenas ganha pujança com o repasse das rendas petrolíferas.

Apesar do grande volume de recursos oriundos da extração e produção de petróleo na região, as condições socioeconômicas do Norte Fluminense estão bem abaixo da média do estado fluminense, salientando as mazelas acarretadas pela especialização produtiva e a desigualdade regional dentro do mesmo estado. O processo de extração de petróleo da bacia de Campos tornou-se contraditório porque ao invés de eliminar a estrutura historicamente consolidada pelo açúcar, transformou-se em um território especializado na extração da *commodity*, propagando-se com o mesmo caráter monocultor vivenciado pela atividade canavieira.

Desde o final da década de 1980, quando a região vivenciou a passagem do Estado desenvolvimentista para o Estado neoliberal, o Norte Fluminense experimentou o *laissez-faire*, marcado pela retirada da ação estatal em planejar e coordenar os investimentos na região. Com efeito, o padrão de desenvolvimento brasileiro passou a ser interligado com a forma que o capital

estrangeiro passou a enquadrar-se no país, assolando a possibilidade dos investimentos serem realizados e orientados pelo Estado. Assim, à medida que a economia brasileira experimentou o processo de abertura econômica, o papel do investimento direto estrangeiro passou a ocupar a antiga função do Estado nacional.

Nesse cenário, o debate sobre o desenvolvimento na perspectiva das múltiplas escalas deixou de ser compreendido como parte de uma estratégia de desenvolvimento do país, suplantando a relevância das escalas nacional e regional. A hegemonia da escala local sobrepujou o papel planejamento do desenvolvimento regional, respaldando-se na percepção das dinâmicas produtivas específicas dos territórios ou das cidades em questão. Por conseguinte, “o problema-chave seria então criar condições de infraestrutura e institucionais específicas, capazes de alimentar a capacidade das pequenas e médias empresas de participar ativamente das cadeias globais de valor” (PIQUET, 2012, p. 58).

Diante dos futuros efeitos da mundialização do capital no Brasil, Furtado (1992, p. 35) já asseverava que a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas, em um país em formação como é o caso do Brasil, conduziria quase, necessariamente, “as tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional”. No caso do Norte Fluminense, a política deliberadamente concebida com fim desenvolvimentista foi paralisada, de forma abrupta, sem que ainda houvesse a integração do seu sistema econômico com o nível nacional, além de impedir alterações qualitativas na estrutura da região.

Neste caso, as adversidades advindas da reprodução do processo histórico do subdesenvolvimento no Norte Fluminense perduram as tensões sociais inerentes neste território. A inexistência de uma ação determinada pelo plano político traduz-se na inexequibilidade do mercado em alcançar uma solução para a estrutura subdesenvolvida da região e do contexto brasileiro. Destarte, percebe-se que a racionalidade individual preconizada pelo neoliberalismo é incapaz de compreender os elementos históricos que compõem o sistema de natureza complexa que engendra o processo de desenvolvimento contraditório nessa região.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, T.B. Desenvolvimento regional no Brasil. *In: FURTADO, C. et al. (Orgs.). O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste de hoje.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Org.). Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro.* Brasília: IPEA, 2014



BRANDÃO, C. A. **Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

\_\_\_\_\_. Brasil: construção e desconstrução do desenvolvimento. Texto para discussão n. 304. Unicamp. IE, Campinas, junho de 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8650933>. Acesso em 01/08/2019. Acesso em 01/08/2019.

CARCANHOLO, M. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: MAGALHAES, J. P. D. A. *et al.* (Org.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CRUZ, J.L.V. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). In: PESSANHA, R.M.; SILVA NETO, R. (Orgs.). **Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense**. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. *Projetos Nacionais, Elites Locais e Regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense*. Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. A retomada do crescimento brasileiro e a reestruturação do espaço regional no Norte do Estado do Rio de Janeiro. **Vértices**, v.14, n. 1 (especial), Campos dos Goytacazes, 2012.

CRUZ, J.L.V.; AZEVEDO NETO, J.A. Crise do petróleo, dependência dos royalties e ajuste fiscal: o caso do município de Campos dos Goytacazes/RJ. **Petróleo, Royalties e Região**, v. ANO XIII, p. 2-7, 2016.

FONSECA, P. C. D; MONTEIRO, S. M. M. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, vol. 28, nº1, jan/mar, 2007.

FURTADO. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HIRSCHMAN, A. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipp/brasil>. Acesso em 01/02/2020.

LIMA, A. C; SIMÕES, R. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, p. 5-19, 2010.

OLIVEIRA, F.J.G. *Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense*. Tese de doutorado em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PIQUET, R.P.S. O lugar do regional na indústria do petróleo. **Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais**, v.14, n.1, mai, 2012.

\_\_\_\_\_. Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. In: PIQUET, R.;SERRA, R. (Orgs.). **Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais**. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em 01/02/2020.